



CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO (CTIG)
Ata da 58ª reunião, realizada em 14 de dezembro de 2017

1 Em 14 de dezembro de 2017, reuniu-se extraordinariamente a Câmara Técnica
2 de Instrumentos de Gestão (CTIG) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos
3 (CERH), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
4 Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes membros
5 titulares e suplentes: a presidente Irary Maria de Lourdes Braga, do Instituto
6 Brasileiro de Mineração (Ibram). Representantes dos usuários de recursos
7 hídricos. Fernando Silva de Paula, da Agência Reguladora de Serviços de
8 Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais
9 (Arsae); Renato Junio Constâncio, da Companhia Energética de Minas Gerais
10 (Cemig); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária
11 do Estado de Minas Gerais (Faemg); Odorico Pereira de Araújo, da Federação
12 das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Francisco de Assis Lafetá
13 Couto, do Instituto Aço Brasil (IABr). Representantes de entidades da sociedade
14 civil ligadas aos recursos hídricos. Antônio Giacomini Ribeiro, da Associação
15 para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Gustavo Tostes
16 Gazzinelli, do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias
17 Hidrográficas (Fonasc); Rayssa Cordeiro Figueiredo, do Conselho Regional de
18 Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG); Carlos Alberto de Freitas,
19 da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas); Flávio Pimenta de
20 Figueiredo, do Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da Universidade Federal de
21 Minas Gerais (UFMG). **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** A presidente Irary
22 Maria de Lourdes Braga declarou aberta a 57ª reunião da Câmara Técnica de
23 Instrumentos de Gestão. **2) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Não
24 houve manifestações. **3) EXAME DAS ATAS DA 55ª, 56ª e 57ª REUNIÕES DA**
25 **CTIG.** Aprovada por unanimidade a ata da 55ª reunião da Câmara Técnica de
26 Instrumentos de Gestão, realizada em 15 de setembro de 2017. As atas da 56ª
27 e 57ª reuniões foram baixadas em diligência para transcrição integral, conforme
28 consenso entre os conselheiros e a Presidência. **4) JULGAMENTO DE**
29 **RECURSO CONTRA INDEFERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA. 4.1)**
30 **Kraft Foods Brasil. Araguari/MG. Processo de renovação de portaria de**
31 **outorga subterrânea nº 1251/2017, do processo nº 7702/2008.**
32 **Apresentação: IGAM.** Após apresentação pela equipe técnica do IGAM, o
33 processo foi baixado em diligência, por votação unânime da Câmara, para os
34 esclarecimentos solicitados pelos conselheiros conforme explicitado nos
35 debates registrados a seguir. Antes do pedido de baixa em diligência, feito pelo
36 conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli, o conselheiro Odorico Pereira de Araújo

37 pediu vista ao processo. Posteriormente, considerando os debates que se
38 seguiram, o conselheiro representante da Fiemg retirou seu pedido de vista e se
39 declarou favorável à baixa em diligência. Conselheiro Odorico Pereira de Araújo:
40 “Eu gostaria de pedir vista a este processo porque não estou confortável pelas
41 apresentações que a técnica do IGAM fez e por alguns entendimentos que
42 ainda estão obscuros. Então, eu quero pedir vista aos processos 7702, 7703,
43 7704 e 7705.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eu acho que o
44 conselheiro tem direito de pedir vista, mas, para mim, ficou claro que existem
45 algumas situações que eu, como conselheiro, quero pedir diligência. Porque eu
46 acho que, mesmo que a Fiemg dê o parecer de vista x ou y, eu não vou me
47 sentir confortável nem achar justo tomar uma decisão sobre uma matéria que
48 não foi esclarecida. Então, eu quero pedido de diligência concomitante com o
49 pedido de vista.” Isadora de Pinho Tavares/IGAM: “São sete processos de
50 renovação que estão aqui no IGAM que eu analisei. E agora eles entraram com
51 mais sete processos e mais um lá (na Supram Triângulo Mineiro). Então, oito
52 processos dos mesmos poços, processos novos, que foram analisados na
53 Supram Triângulo. Então, eu não tenho acesso a esses processos. São um
54 pouco diferentes, tanto que no mapa dá para ver.” Conselheiro Gustavo Tostes
55 Gazzinelli: “Então, isso obriga um pedido de diligência. O primeiro ponto: as
56 coordenadas já estão diferentes. Então, eu gostaria que isso fosse esclarecido.
57 E eu gostaria de também questionar uma coisa que eu acho muito estranha
58 nessa análise: que os poços não interferem entre si, os oito. E você mostrou
59 que, logo acima deles, ao norte, tem os poços do SAAE. Isso não conta? Não
60 dá para ser só entre si. Se são oito poços e tem o poço do SAAE que fica muito
61 próximo, é preciso que essa análise contemple interferência também nos outros
62 usuários que estão na mesma região. E eu gostaria de indagar uma coisa: será
63 que nós teríamos que estabelecer como condicionante o cumprimento de uma
64 norma de 2015, que uma empresa que produz suco Maguary e o Dafruta não
65 teve a dignidade de cumprir? Eu acho que essa outorga só pode ser renovada e
66 concedida na hora que isso estiver instalado. Isso não é questão de
67 condicionante. Na hora que o cara foi lá e instalou os equipamentos, que ficam
68 dentro da cidade, e não colocou os equipamentos, não tem outorga. Estão
69 descumprindo uma norma. Eu acho que esse tipo de coisa não é sujeito a
70 condicionante, é condição necessária para conceder outorga ele cumprir a lei.
71 Se ele não é capaz de cumprir a lei, eu acho que não devemos sequer analisar
72 o pedido de outorga dele.” Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “Eu conheço
73 todo o processo da empresa. Eu sou da região, sou de Araguari. Só para
74 esclarecer o que o Gazzinelli falou com relação à empresa Dafruta, à empresa
75 Maguary. Essa empresa vem sendo vendida desde 1996, 98, sempre passando
76 de uma mão para outra. Os antigos donos, que eram os antigos donos da
77 Kibon, que adquiriram essa empresa, que criaram essa empresa Maguary,
78 passaram por uma situação financeira difícil e venderam para a Kraft Foods, e
79 montaram a empresa EBBA, que seria o suco Dafruta. Lá na frente, a Kraft

80 achou por bem que deveria sair do Brasil, por causa da situação econômica, e,
81 por 'n' situações, resolveu sair do Brasil. E a EBBA voltou e comprou as
82 instalações da Maguary de volta. Essa transição de EBBA, Kraft, EBBA, e agora
83 já é outra empresa, não é mais a EBBA, é outra empresa, estrangeira, que
84 comprou esse ativo. Então, nessa transição eles se perderam, e se gerou essa
85 insegurança. E o que aconteceu? O consultor que atendeu essa empresa
86 também tem uma leve culpa, porque não cumpriu, e não orientou a empresa.
87 Esse é outro ponto. E vou adiantar: vão vir outros processos da mesma região
88 de Araguari, com o mesmo consultor e o mesmo problema. Eu estou falando
89 isso porque essas empresas já nos procuraram, e nós as orientamos para que
90 fizessem a regularização, como também orientamos o pessoal da EBBA. Nós
91 estivemos lá e fomos esclarecer o que estava acontecendo naquela região com
92 relação a essas outorgas. Quem levantou esse problema, na época, foi o IGAM,
93 através do Thiago. Ele chamou e falou: 'Em Araguari está acontecendo uma
94 coisa engraçada, todas as outorgas estão sendo indeferidas por isso e por isso'.
95 E o que nós fizemos? Fomos lá, chamamos o Comitê e fizemos reunião para
96 resolver essa questão. Algumas empresas nós conseguimos resolver, e outras
97 não tinham como, porque as outorgas já estavam praticamente vencidas. Então,
98 foi o trabalho que nós fizemos. Tivemos o problema lá, sim, agora o meu pedido
99 de vista é porque eu conheço, sei o que está acontecendo lá. Tem umas
100 dúvidas que eu quero esclarecer, vou ler o processo e esclarecer. É isso que eu
101 quero, não tem má-fé da empresa hora nenhuma." Conselheiro Antônio
102 Giacomini Ribeiro: "Eu acrescento duas justificativas para o pedido de
103 diligência. Primeiro, que todos esses processos sejam trazidos para cá. E que
104 se suspendam esses procedimentos lá. Porque ter um mesmo objeto em
105 análise já dá um conflito. O teste de bombeamento é o mesmo, as
106 características hidrodinâmicas são as mesmas. E, além do mais, considerando
107 a possibilidade de outros poços, solicitar no pedido de diligência, os testes de
108 interferência. Que seja feito teste por empresa especializada." Conselheiro
109 Carlos Alberto de Freitas: "Eu queria comentar mais a respeito desse parecer
110 técnico e fazer algumas observações também sobre alguns testes de vazões.
111 Primeiro que no parecer técnico não cita o tempo que foi solicitado da outorga.
112 Tem aqui a vazão requerida, que, praticamente, em quase todos os poços do
113 processo, é a mesma do teste de vazão. E também não tem o teste no
114 processo, então, não tem como acompanhar. Eu peguei um teste aqui do Poço
115 02 e estou achando, no mínimo, esquisito. Um poço com profundidade de 63 m,
116 o nível dinâmico chegou a 60,43. Em um poço de 63 m, como esse teste foi
117 feito? Foi feito com bomba submersa? Então, a bomba tinha que ter sido
118 colocada, tem 2 m e pouco para se colocar uma bomba. Essa bomba não pode
119 ficar encostada no fundo poço; ela tem, no mínimo, 1,5 m de comprimento,
120 vamos dizer assim. É bem suspeito esse teste. Profundidade de 63 m, nível
121 dinâmico, 60,43. Nível dinâmico é quando o poço está bombeando, o estático é
122 quando o poço está parado. Ele tinha um nível estático de 19,65. Começa a

123 bombear o poço, vai tirando uma vazão e formando um cone de depressão
124 dentro do poço. Ele vai rebaixando até estabilizar a vazão e o nível. Tem 2,47 m
125 para colocar uma bomba. Eu não acredito nesse teste, sinceramente. Eu estive
126 verificando os outros testes também, tem teste aqui que dá 7 m, 8 m. Não tem
127 espaço, não tem profundidade para se colocar a bomba. E outra coisa: eu já
128 acompanhei um teste que, quando o nível chega perto da bomba, começa a dar
129 captação, começa uma série de problemas. Você faz um teste de vazão para
130 determinar as características operacionais do poço: a vazão, o nível dinâmico, a
131 profundidade do poço. Normalmente, para segurança, tem que colocar uma
132 bomba submersa, no mínimo, 10 m abaixo do nível dinâmico. E como esse poço
133 está operando? Realmente, precisa dar uma olhada nisso. Eu acho que vai ter
134 que baixar em diligência e olhar todas essas questões, e até questionar o
135 responsável técnico pelo nível de um teste de vazão desse. Qualquer pessoa
136 que entende pega e vê. São 63 m de profundidade, e o nível chegou a 60,43,
137 ficou com 2,57 m, para ter uma bomba que tem, no mínimo, 1,5 m de diâmetro.
138 É muito questionável esse teste, muito estranho. E os outros também. Se for
139 avaliar, alguns até passam, dão uma diferença de 10 m, que já é questionável
140 também. E até para operar esse poço aqui eu faço uma sugestão que o
141 empreendedor aprofunde esse poço, até para criar uma câmara de
142 bombeamento, para ter essa segurança de operar. Eu fico muito preocupado
143 quando um poço dá 15 m³/h e a vazão requerida é 15 m³/h. Nós temos que
144 trabalhar com uma margem de segurança, operar com uma vazão menor. Eu
145 também não sei o tempo, não vi o teste, e fica difícil de analisar. Eu queria fazer
146 essas observações. Eu acho que tem que baixar em diligência mesmo, e a
147 questão do monitoramento também, que é superimportante. O pessoal não dá
148 muita importância para água subterrânea, porque não vê, e a única coisa que
149 pode mostrar é o monitoramento. Então, é importante, sim.” Conselheiro
150 Odorico Pereira de Araújo: “Eu vou retirar o meu pedido de vista e acompanhar
151 o pedido de baixa em diligência, para que façamos as correções. E se assim
152 não ficarmos confortáveis nós veremos lá na frente o que podemos fazer.
153 Agora, só para esclarecer uma coisa com relação às baterias dos poços
154 artesianos que abastecem a cidade de Araguari, não estão tão próximas como
155 foi elencado pela técnica do IGAM, elas estão em torno de quase 2 km de
156 distância dessas captações.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eu não
157 sei qual é a distância. Pelo que ela mostrou, foi o mapa, e não parecia ser tão
158 distante, porque ela, inclusive, mostrou uma imagem de satélite em que os
159 poços em questão estão muito próximos, tipo 100 m a 150 m um dos outros,
160 pelo que deu a impressão, e os outros não estão tão mais distantes para ser
161 uma distância de 2 km. Pode haver um erro aí, mais um motivo para a
162 diligência. De qualquer forma, se o empreendedor não fez o para casa, que foi
163 cumprir a DN de colocar os horímetros, se porventura o SAAE tiver feito o para
164 casa dele, certamente, ele tem os horímetros. Então, essa questão tem que ser
165 levada para o SAAE. Se ele nota, nos testes de bombeamento, interferência nos

166 poços dele. Porque eles têm como avaliar. Segunda coisa: eu acho que essa
167 análise técnica a que você disse que não teve acesso, você tem que ter acesso
168 a ela. Então, vocês podem falar ‘a competência original é da Supram’, mas nós
169 temos a competência de analisar o recurso. E temos o dever de fazer a nossa
170 análise baseada na gestão ambiental e de recursos hídricos integrada. Então,
171 nessa hora em que a análise vem para nós, nós temos o direito de ter
172 informação, e eles têm o dever de nos encaminhar a informação. Nesse sentido,
173 a competência do licenciamento é da Supram, mas a nossa, nesse caso, é da
174 outorga. E a nossa outorga, se eu não me engano, desde o cumprimento dessa
175 DN 2302, eu acho que está condicionada ao cumprimento disso. Não é
176 condicionante, isso é obrigação legal. Então, eu sou da opinião de que,
177 enquanto o empreendedor ficar enrolando, independentemente dos problemas
178 que ele tenha tido e das consultorias que ele tenha contratado, ele não merece
179 essa outorga. Eu pelo menos vou examinar essa DN, e, se o cara ficar
180 enrolando para fazer o que a deliberação normativa falou que ele tem que fazer,
181 não merece essa outorga. Ou então nós estamos fazendo papel de bobo aqui,
182 dando outorga para alguém que não está cumprindo o que o próprio CERH
183 estabeleceu. E nessa hora não existe essa de competência original, porque, no
184 exame da outorga, quem tem a competência somos nós, mesmo estando
185 vinculada a um processo de licenciamento. Tem que vir a parte que nos cabe,
186 de acordo com as regras que nós estabelecemos. E a Supram não pode fazer
187 vista grossa para isso. Muito menos nós. Então, eu acho que deveria fazer parte
188 da diligência, além das questões que os colegas colocaram aqui, a questão da
189 localização, ver se os poços são os mesmos e a questão entre o SAAE e esses
190 poços. E um último ponto: essa bacia do Araguari eu sei que é uma que tem
191 situação crítica. Não sei se é na região do próprio município. Eu gostaria, após
192 a explanação do Carlos Alberto, sugerir ao IGAM e à Abas que promovessem
193 nessas regiões complicadas, complexas feito Araguari, um workshop, oficinas,
194 que organizem isso nessas regiões para ensinar os empreendedores, os
195 técnicos locais como se faz o negócio. Você foi a um poço e levantou uma série
196 de questões que, se o pessoal estivesse bem esclarecido na região,
197 provavelmente, evitaria esse tipo de dor de cabeça. Então, eu gostaria de dar
198 essa sugestão, que poderia até ser uma iniciativa da nossa Câmara Técnica.
199 Porque parece que alguns não aprenderam. Uma empresa dessa qualidade não
200 ter aprendido isso, então, realmente, imaginem as outras. E eu gostaria que
201 fosse esclarecido se nós podemos conceder outorga a quem não está
202 cumprindo a legislação. É uma questão de esclarecimento de ordem jurídica.”
203 Renata Maria de Araújo, da Procuradoria do IGAM: “De fato, não seria possível
204 conceder outorga – como todos esses processos já estão pelo indeferimento –,
205 se não houver o cumprimento da resolução e de todas as normas que envolvem
206 a matéria.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Então, eu proponho que,
207 enquanto isso não estiver resolvido, que não venha para nossa análise. Se o
208 empreendedor não equacionar isso, não vem para cá. E eu acho que a Supram

209 deveria ser notificada de que esta Câmara Técnica endossa essa posição no
210 tocante a isso. Para manter essa posição.” Renata Maria de Araújo, da
211 Procuradoria do IGAM: “De fato, é nesse sentido mesmo. Os processos só
212 foram pautados aqui nesta Câmara porque esta é a Câmara responsável pela
213 análise recursal. O recurso foi apresentado pela empresa, que se inconformou
214 com o indeferimento por diversas razões técnicas e jurídicas. Em alguns
215 processos, as razões técnicas do indeferimento pela Supram e pelo IGAM foram
216 pelo descumprimento da resolução.” Conselheiro Flávio Pimenta de Figueiredo:
217 “Na verdade, na apresentação da Isadora, os dados foram apresentados bem
218 sucintos, e eu comecei a ficar preocupado, realmente. E nessa discussão
219 calorosa foi bastante sucinta e objetiva a colocação do nosso colega Carlos
220 Alberto, a questão técnica. Na minha opinião, é diligência mesmo,
221 principalmente na questão desses dados técnicos e do termo que foi colocado.
222 Nós estamos falando muito em interferência de aquíferos, de poços; é o balanço
223 hídrico. E o balanço hídrico de dez ou vinte anos atrás é diferente de hoje. Nós
224 tivemos, recentemente, uma desidratação subterrânea, e isso é fato. Então, eu
225 acho que isso é um dos principais princípios que nós temos que ter em mãos
226 para tomada de decisão. Então, eu também sou a favor dessa diligência e que
227 sejam observados esses pontos. Não só a influência de poços, mas balanço
228 hídrico. Estão dando outorga para rio seco, rio superficial, e nós estamos
229 falando de aquífero justamente baseados em dados levantados em normais
230 climatológicas de 30 anos. E hoje a realidade é diferente. É só uma contribuição
231 que eu acho importante neste momento.” Isadora de Pinho Tavares/IGAM: “Não
232 tem no processo tempo de captação requerida. O processo está falho, e nós
233 nem sabemos analisar, porque não foi entregue nenhum balanço hídrico do
234 empreendimento, não foi entregue o tempo de captação. Essas informações de
235 posicionamento de bomba, de filtro, nível dinâmico, com umas medidas
236 estranhas, isso nós vimos desde o começo, e não conseguimos avaliar,
237 tecnicamente falando, um poço que não sabemos como funciona. Então, é
238 complicado até aí. Outra coisa: a 2302 veio na questão de Araguari. Existia a
239 Portaria 7372/2011, que pedia a instalação de instrumentos de monitoramento
240 de vazão e tempo de captação, e não foi cumprida. As condicionantes dos
241 primeiros processos vários empreendedores não cumpriram, o que já era
242 monitoramento desde 2002. A 2302 foi publicada em 15/12/2015 e tinha 120
243 dias para instalar e começar o monitoramento, e eles não têm esses dados, não
244 têm a comprovação dos dispositivos. Então, nós não conseguimos analisar o
245 processo.” Conselheiro Fernando Silva de Paula: “Eu acredito que nessa
246 questão dos esclarecimentos relacionados à falta ou à ausência de informação
247 ou informações não validadas, não consistidas, às vezes se colocam coisas que
248 muitas vezes estão associadas a coordenadas que não são comuns, mas para
249 a mesma finalidade, mesma vazão, dificilmente não seriam os mesmos poços.
250 Então, isso ofusca a análise técnica da proximidade em relação aos poços do
251 SAAE, e dada essa questão da prioridade do uso para abastecimento. E foi

252 colocado pela técnica do IGAM que ela não teve condições de fazer análise
253 técnica, pela ausência de informações. Então, o parecer não tem validade. Não
254 se tem condições de fazer uma análise. Como vai dar parecer? O não
255 cumprimento da DN para fazer a solicitação também é uma coisa grave. Enfim,
256 eu acho que o pedido de diligência é algo inevitável.” Conselheiro Carlos Alberto
257 de Freitas: “Eu acho que deveriam ser feitos novos testes de vazão nesses
258 poços.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eu solicitaria que, quando
259 voltar para cá, venha com a informação se a DN 2302 já está cumprida pelo
260 empreendedor.” Rodrigo Rocha Nassif, representante do empreendedor: “Eu
261 sou da assessoria jurídica da EBBA, que hoje quem é dona é a Britvic, uma
262 empresa inglesa que assumiu. Nós fomos contratados para tentar deixar mais
263 redondo o processo. De fato, o que o conselheiro Odorico já colocou é verdade,
264 lá em Araguari tem um pouco de confusão. Até nós que somos de Belo
265 Horizonte assustamos e estamos tentando, aos poucos, consertar esses
266 equívocos. É um imbróglio, é difícil, mas nós vamos conseguir. Com um
267 pouquinho de paciência, nós vamos conseguir. Quanto à questão desses quatro
268 processos mais outros três, praticamente são todos a mesma coisa, são
269 processos muito antigos da EBBA, da Dafruta, da Kraft, que ficam praticamente
270 duas unidades da empresa, hoje, no centro de Araguari. Nós entramos mais no
271 final para apresentar o pedido de reconsideração e recurso, a parte jurídica. Nós
272 não tratamos da parte técnica. Nós conversamos um pouco com a Isadora lá, e
273 ela nos alertou que, no passado, alguns consultores técnicos fizeram uma
274 ‘salada de frutas’ – desculpe a expressão – com esses processos. Nós estamos
275 tentando dividir aos poucos. Quanto à parte técnica – se eu não estiver
276 enganado, se os processos estiverem aí –, foram feitas algumas solicitações,
277 que eram os pedidos de atendimento do horímetro e do hidrômetro. Foram
278 apresentados relatórios fotográficos. Eu não sei se foram de todos. Eu tenho ali
279 o relatório fotográfico, mas não é essa a discussão que eu quero. Eu acho que
280 a discussão aqui chegou ao ponto de ‘vamos olhar formalmente os processos’.
281 Eu acho que não é embate, é uma dúvida que foi colocada aqui. Eu só quero
282 deixar claro que hoje a nova empresa quer passar a limpo todas essas
283 questões. Nós não queremos embate, nós queremos, de fato, ‘está errado,
284 vamos consertar, não adianta dar jeitinho’. Não vamos dar jeitinho, por dois
285 motivos: primeiro, porque eu sou brasileiro. Segundo, a dona agora é inglesa. É
286 um espelho que nós temos que seguir. Então, não quero mais jeitinho. Nós
287 apresentamos algumas informações que já tinham, não tem como obter
288 informações mais antigas. É um processo de 99, de 2000. Então, o que nós
289 podemos consertar nós vamos consertar. De fato, se tem dúvidas quanto a um
290 balanço hídrico, se a empresa fez novos balanços, ok. Se for solicitado, nós
291 vamos apresentar. Eu quero deixar claro: não é pelo novo grupo que nos
292 contratou, não é questão de má fé. É questão de: pegamos um balaio de gato, e
293 nós estamos tentando desamarrar o balaio de gato e falar ‘isso aqui vai
294 funcionar, isso aqui não vai funcionar’. De fato, teve, no começo, esse recurso

295 para o IGAM, direto. Na verdade, teria que ser para a Supram. Eu entrei em
296 uma discussão lá com o Thiago e acho que com o Rafael também, mas isso foi
297 superado, foi resolvido. A questão da anuência do antigo proprietário nós
298 esclarecemos. Como uma empresa incorporou a outra, eu não tenho como ir lá
299 e pedir no passado à outra empresa. Mas parece que também foram um pouco
300 superadas as questões técnicas. Nós não vemos nenhum problema de, se
301 solicitado, tentar apresentar. É só isso que nós queremos deixar. Eu não quero
302 que transpareça aqui, pelo menos para o grupo que nos contratou, que é má-fé
303 da empresa. Não é isso, é um problema, e nós estamos tentando solucionar. E
304 é um problemão mesmo, mas eu acho que nós temos condições de solucionar.
305 Essa é a mensagem da empresa, a mensagem para os conselheiros. E, com
306 um pouquinho de paciência, eu acho que a gente conserta. O IGAM está
307 fazendo ótimo trabalho, a Supram está fazendo ótimo trabalho, e, recentemente,
308 teve um seminário lá sobre água. Só para esclarecer, conselheiro, estão
309 preocupados, sim, o superintendente de lá está bastante ativo nessa questão de
310 água. Se eu não estiver enganado, essas outorgas nos processos novos são
311 um pouquinho diferentes, vazão diferente. Mas a nossa proposta é tudo que for
312 possível fazer para consertar nós vamos fazer. Porque a fábrica está lá, a
313 cidade depende da fábrica, que gera hoje quase 500 empregos. Se der tudo
314 certo, vai duplicar, porque é a maior fábrica do Brasil. Eles têm mais duas. Eles
315 têm uma no Ceará e uma em Astolfo Dutra, que é perto de Ubá, se eu não
316 estiver enganado; a Bela Ischia, que eles compraram também, que a Britvic
317 comprou também. É um grupo novo que está querendo dar uma remodelada no
318 seu produto e, principalmente, atender a questão de água, porque nós
319 sobrevivemos disso, nós fazemos suco. E a questão dos recursos, como já
320 tínhamos entrado no passado, Isadora, tem muita coisa para consertar, e nós
321 queremos consertar. Não tem como agora eu tentar voltar ao passado. Nós
322 estamos aqui. Se pudermos esclarecer, os outros três processos são
323 praticamente a mesma coisa.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eu acho
324 que essa é uma postura que deveria virar uma cultura nossa. A partir de agora,
325 chegou processo aqui de requerimento de outorga que não cumpriu, por
326 exemplo, a DN 2302, o recado nós estamos dando aqui agora. Nós temos que
327 mudar isso. Eu participei agora de um seminário de águas subterrâneas em
328 Salvador e achei que isso era novidade de Minas Gerais, mas tem vários
329 Estados que já fazem isso, colocar horímetro e hidrômetro. Minas Gerais está
330 atrasado.” **Votação da baixa em diligência**. Em seguida, a Presidência colocou
331 em votação a proposta de baixa em diligência, que foi aprovada por
332 unanimidade, nos termos registrados nesta ata. Presidente Irany Maria de
333 Lourdes Braga: “Baixa em diligência para avaliação da interferência com poços
334 do SAAE e entre todos os poços no perímetro, com formalização de
335 manifestação do SAAE; monitoramento e realização de novos testes de vazão,
336 atualização do balanço hídrico, solicitação da cópia dos novos processos de
337 solicitação de outorga subterrânea que estão em análise na Supram Triângulo,

338 da Kraft Foods; manifestação da Supram acerca do cumprimento da DN
339 2302/2015 pelo empreendedor.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira:
340 “Mais uma curiosidade. E a questão do recurso que foi encaminhado? Vocês
341 irão devolver?” Renata Maria de Araújo, da Procuradoria do IGAM: “Por
342 orientação do procurador-chefe, a manifestação jurídica da Procuradoria do
343 IGAM, que seria a manifestação final sobre o processo, não é no mesmo
344 sentido da manifestação jurídica que foi feita, inicialmente, pela
345 intempestividade dos recursos. Era em relação ao pedido de reconsideração,
346 que seria um recurso anterior a este. E naquele momento a analista jurídica,
347 que presta apoio jurídico na Gerência e não está subordinada à Procuradoria,
348 manifestou-se pela intempestividade porque os destinatários do pedido de
349 reconsideração não eram adequados, competentes. E não é isso que informa a
350 Lei Estadual 14.184, de Processos Administrativos. Ela informa que o recurso
351 não deve ser conhecido, mas devolvido para o empreendedor, usuário ou
352 requerente, informando qual é o destinatário correto. Não indefiro pela
353 intempestividade. Aqui o caso pode ser, inclusive, um dos pontos para serem
354 colocados como diligência, mas nós já estamos em outra instância, que seria a
355 análise do recurso que veio posteriormente ao indeferimento, pelo pedido de
356 reconsideração. Essa confusão de destinatários não se repetiu na fase recursal
357 para o Conselho, ela se repetiu na fase anterior. Então, talvez agora não seja o
358 momento para se retomar uma questão que, de fato, iria levar à mesma
359 situação agora, que seria o recurso. Porque, além das questões formais de
360 processo, tem as questões técnicas, que são essas levantadas pelos senhores
361 nesta reunião.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Eu achei
362 extremamente confusa a situação que foi criada. E os nossos outros colegas,
363 que não são advogados? O que a empresa vai fazer com o prazo novamente
364 para fazer recurso?” Conselheira Rayssa Cordeiro Figueiredo: “No primeiro
365 item, eu sugiro que se coloque a avaliação da interferência entre os poços e os
366 poços adjacentes, porque não tem só os poços do SAAE. Tem outros.”
367 Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Pelo que eu entendi da fala da Renata,
368 se o entendimento da Procuradoria está correto, renova o prazo, o
369 empreendedor ganha o prazo para resolver o problema. A ideia da
370 intempestividade não estaria valendo nesse caso. Estaria devolvendo ao
371 empreendedor e à Supram a possibilidade de esclarecer tudo. Eu acho que é
372 esse o entendimento. Foi o que eu entendi.” Renata Maria de Araújo, da
373 Procuradoria do IGAM: “Nós estamos falando de dois tipos de recursos. Um
374 primeiro recurso, que se denomina pedido de reconsideração, foi o que a
375 empresa interpôs no primeiro indeferimento. Foi feito pela Supram. Na época,
376 ao invés de apresentar a reconsideração, que tem de ser direcionada para a
377 autoridade que proferiu a decisão de renovação de outorga, que seria o recurso
378 inicial para a Supram, eles interpuseram junto ao IGAM. Nesse momento, o
379 entendimento jurídico proferido nos autos foi de que era intempestivo o recurso,
380 porque foi apresentado fora do prazo de 20 dias, contados da publicação da

381 decisão. Só que ele foi interposto dentro do prazo. O entendimento foi: é fora do
382 prazo, intempestivo, porque foi apresentado para o IGAM e não para a Supram.
383 Que era o último dia, transcorridos os 20. No entendimento da Procuradoria do
384 IGAM, não seria o mais acertado, porque, se há uma divergência no destino do
385 recurso, eu simplesmente pego o recurso, devolvo para o recorrente e informo
386 'o destinatário correto é esse, e o seu prazo está devolvido'. Ele teria mais 20
387 dias para interpor o pedido de reconsideração para a autoridade correta. Ao
388 invés disso tudo, ocorre que, como a manifestação foi no sentido de
389 intempestividade, o empreendedor usou do seu outro prazo para apresentar
390 recurso ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos em face da manutenção do
391 indeferimento por todas as razões e não só pela questão da intempestividade.
392 Então, no final das contas, o empreendedor usou, sim, do prazo correto nas
393 duas fases, e agora, ao final, essa questão da intempestividade já foi até
394 superada, vamos dizer assim, porque, dentro do prazo correto,
395 tempestivamente, ele apresentou um recurso para a instância Conselho
396 Estadual de Recursos Hídricos. De todo modo, toda a matéria discutida até
397 agora vai ser reavaliada. Por isso que, neste momento, os senhores estão
398 fazendo o pedido de diligência para a Supram." Conselheiro Fernando Silva de
399 Paula: "Eu queria sugerir a inserção, no primeiro item, depois de poços
400 adjacentes, sobretudo os do SAAE." **4.2) Kraft Foods Brasil. Araguari/MG.**
401 **Processo de renovação de portaria de outorga subterrânea nº 1252/2017,**
402 **do processo nº 7703/2008. Apresentação: IGAM.** Processo baixado em
403 diligência conjuntamente com o item 4.1 da pauta. **4.3) Kraft Foods Brasil.**
404 **Araguari/MG. Processo de renovação de portaria de outorga subterrânea**
405 **nº 1253/2017, do processo nº 7704/2008. Apresentação: IGAM.** Processo
406 baixado em diligência conjuntamente com o item 4.1 da pauta. **4.4) Kraft Foods**
407 **Brasil. Araguari/MG. Processo de renovação de portaria de outorga**
408 **subterrânea nº 1254/2017, do processo nº 7705/2008. Apresentação: IGAM.**
409 Processo baixado em diligência conjuntamente com o item 4.1 da pauta. **4.5)**
410 **Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos S/A. EBBA. Araguari/MG.**
411 **Processo de renovação de portaria de outorga subterrânea nº 1170/2002,**
412 **do processo nº 1209/2009. Apresentação: IGAM.** Após apresentação pela
413 equipe técnica do IGAM, o processo foi baixado em diligência, por votação
414 unânime da Câmara, para análise integrada com os demais processos baixados
415 em diligência nesta sessão. O conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro registrou a
416 seguinte solicitação: "Sobre a qualidade dos mapas que foram apresentados, os
417 mapas não esclarecem absolutamente nada. Então, que nos processos
418 anteriores e nesses, nessa integração, se apresente mapeamento claro de
419 todos." **4.6) Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos S/A. EBBA.**
420 **Araguari/MG. Processo de renovação de portaria de outorga subterrânea**
421 **nº 1169/2002, do processo nº 1210/2009. Apresentação: IGAM.** Processo
422 baixado em diligência, por votação unânime da Câmara, para análise integrada

423 com os demais processos baixados em diligência nesta sessão. **4.7) Empresa**
424 **Brasileira de Bebidas e Alimentos S/A. EBBA. Araguari/MG. Processo de**
425 **renovação de portaria de outorga subterrânea nº 1168/2002, do processo**
426 **nº 1211/2009. Apresentação: IGAM.** Processo baixado em diligência, por
427 votação unânime da Câmara, para análise integrada com os demais processos
428 baixados em diligência nesta sessão. **4.8) Kinross Brasil Mineração S/A.**
429 **Paracatu/MG. Processo de renovação da portaria de outorga superficial nº**
430 **3464/2010, do processo nº 24644/2015. Apresentação: Supram Noroeste.**
431 Item retirado de pauta pela Presidência em atendimento a solicitação do
432 empreendedor, por desistência do recurso e da outorga. O conselheiro Gustavo
433 Tostes Gazzinelli registrou a seguinte manifestação: “Ficou claro nos autos do
434 processo que a Supram está correta. O empreendedor não demonstrou que a
435 outorga está dentro da área que ele adquiriu. Estou fazendo essa consideração
436 pelo seguinte. Eu não acho que uma questão dessa natureza deveria vir à
437 análise da CTIG, porque aqui, se nós votássemos sobre isso e quem votasse a
438 favor eu ia solicitar a suspeição, porque ficou claro nos documentos
439 apresentados que o empreendedor não demonstrou a posse e a propriedade da
440 área onde há o trecho outorgado. Eu acho que esse tipo de pedido não cabe a
441 nós resolver, é um problema na Justiça. A Supram colocou, com muita clareza,
442 que ele não trazia nenhum fato novo, não demonstrou a posse, e imagem trazer
443 isso aqui para a CTIG ou para qualquer outra Câmara Técnica, dar um caráter
444 quase judicial para uma coisa que não cabe a nós. Então, eu acho que uma
445 matéria dessa natureza não pode vir para nós. Eu espero que não venha uma
446 próxima desse tipo, porque é querer legalizar o ilegal.” **5) ASSUNTOS GERAIS.**
447 Conselheiro Carlos Alberto de Freitas: “Eu queria fazer a divulgação de um
448 evento que nós vamos fazer na semana que vem, que tem muito a ver com isso
449 que nós vimos aqui hoje. A Abas/MG vai realizar, em abril de 2018, o 2º
450 Seminário Latino-Americano de Monitoramento de Águas Subterrâneas.
451 Paralelamente, um dia antes, nós vamos fazer um curso de monitoramento
452 hídrico, um curso de oito horas, que vai abranger desde a parte de
453 monitoramento subterrâneo, superficial, pluviometria, qualidade de água. Eu
454 queria falar que, no 1º Seminário Latino-Americano, que foi feito aqui em Belo
455 Horizonte, foi criada uma parceria entre a ANA e a CPRM para instalar rede de
456 monitoramento no Brasil. Essa rede já está sendo implantada, ainda muito
457 devagar, mas está sendo feita. Na época, também saiu uma Carta de Belo
458 Horizonte, em que nós alertamos os governantes, os órgãos gestores da
459 necessidade do monitoramento. E nós estamos trazendo um pessoal de fora
460 também, tem até um cara da Nasa que nós estamos trazendo, trazendo
461 também um professor alemão que vai falar de algumas ações de planejamento.
462 Nós vamos voltar, com ênfase, à recarga superficial de aquífero, que nós
463 entendemos que é uma coisa que está passando da hora de o Brasil começar a
464 fazer, principalmente nesse período com essas mudanças climáticas, que as
465 chuvas estão bastante irregulares. Nós temos visto que, além de ter diminuído o

466 índice pluviométrico, as chuvas também estão ocorrendo muito concentradas, e
467 essa água vai toda embora. E nós precisamos criar condições. Se está difícil
468 criar barragens artificiais, vamos criar recargas artificiais e armazenar essa água
469 nos aquíferos. O Gazzinelli tinha falado de a Abas participar, dar palestra, fazer
470 seminários, cursos. Nós estamos abertos a isso. Inclusive, me parece que no
471 final dos anos 90, a Abas, a Abes e o IGAM, nós fizemos palestras em todas as
472 regionais sobre outorga. Nós orientamos, mostramos o que é água subterrânea,
473 o que é água superficial, com fazer as outorgas. E também nós estamos abertos
474 para fazer esse trabalho nos Comitês de Bacia e mostrar o que é água
475 subterrânea. Porque, realmente, nós vemos muita gente falar na água
476 subterrânea. Nós que trabalhamos com água subterrânea – no meu caso, há
477 mais de 30 anos – até hoje ainda temos dificuldade, temos surpresas. Então,
478 nós precisamos monitorar para conhecer. Eu lembro que a Abas já fez, uma
479 vez, o seminário em Uberlândia, eu já conversei com o Giacomini e coloquei a
480 Abas à disposição para fazermos, e para qualquer outro conselheiro, o pessoal
481 da Fiemg também. Eu acho que o interesse da Abas é esse, é divulgar a água
482 subterrânea, trabalhar em cima disso. Porque é muito difícil fazer gestão de
483 uma coisa que não vemos. Por isso que batemos nessa tecla direto do que
484 precisamos monitorar. Monitorar uma água superficial é muito fácil, você está
485 vendo ela passar ali, está vendo a qualidade, está vendo a quantidade. Agora,
486 um aquífero nós não vemos. Realmente, a Abas está trabalhando muito em
487 cima disso. Essa questão também dessa quantidade de poços sendo
488 perfurados sem controle, sem gestão. Nós não somos contra perfuração de
489 poço, mas tem que ter critério. Eu lembro que aqui em Minas Gerais tinha
490 quatro, cinco empresas de perfuração de poço, e hoje qualquer cidadezinha de
491 mais de 50 mil habitantes tem empresa de perfuração de poço. Fazer o poço de
492 qualquer jeito, o poço deu água, larga aquilo lá aberto. É uma fonte de
493 contaminação. Então, nós temos que trabalhar em cima disso. E também para
494 nós, da Abes, nós somos muito cobrados, muito questionados, mas também
495 não temos poder nenhum de fiscalização, de decisão. Eu acho que nós temos
496 que envolver muito o Crea também, eu acho que é importante o Crea participar.
497 Nós vemos, somente quando tem uma denúncia que se vê uma atuação. A
498 Polícia Ambiental não tem condição também. Às vezes até vemos, já se estava
499 perfurando poço, e a Polícia Ambiental chegou, pediu licença de perfuração,
500 mas onde ela enxerga. E na zona rural, nas fazendas? Hoje se perfura um poço
501 em um dia, dois dias. Chegou lá, colocou a máquina, perfurou, ninguém viu,
502 ninguém sabe. Aquilo fica escondido ali também. Pode-se até esconder o poço,
503 e ninguém sabe. Isso é um problema sério para a gestão. Então, nesse
504 seminário também, além do monitoramento, nós estamos falando da questão da
505 escassez hídrica e da gestão. Eu vou, depois, trazer aqui um programa e
506 mandar para todos os conselheiros. Eu mandar para a Secretaria, que
507 encaminha para todos os conselheiros.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro:
508 “Final de ano, espera que seja essa a última reunião nossa. Primeiro, agradecer

509 a oportunidade de estar aqui com vocês durante este ano. Para mim, apesar da
510 idade, sempre estou aprendendo, é um aprendizado constante. Não só
511 aprendizado técnico, mas um aprendizado de como se relacionar, como se
512 posicionar. Ideias conflitantes que nós temos aqui, isso é muito bom, porque,
513 em todos os embates que nós temos aqui, nós temos crescido, e as decisões
514 têm sido as melhores que conseguimos atingir. Muita coisa está para se fazer.
515 Nós estamos terminando o ano, mas temos um passivo ainda, principalmente
516 ligado à questão de monitoramento. Nós temos aquela proposta da Câmara
517 Técnica de Monitoramento, que ainda precisa ser encarada por nós no próximo
518 ano.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Primeiro, eu queria que o Danilo
519 esclarecesse para nós como está a situação da Câmara Técnica de
520 Monitoramento, que foi proposta aqui, saber como esse assunto vai voltar aqui.
521 E também sugerir ao Danilo, já que você é o diretor do IGAM. Na verdade,
522 sugestão ao IGAM, à Secretaria Executiva do CERH, que viabilize a
523 participação dos conselheiros da sociedade civil no seminário da Abas. Porque,
524 geralmente, se cobra um preço com o qual muitos de nós não têm condições de
525 arcar. Como é uma coisa que eu acho de interesse – nem sei se vou estar aqui
526 como conselheiro, mas para quem estiver –, que o IGAM pudesse viabilizar. Se
527 porventura o IGAM estiver patrocinando, de alguma forma, o evento, que isso
528 entre como contrapartida, a participação dos conselheiros da sociedade civil
529 nesse seminário, que eu sei que é muito importante.” Danilo Cezar Torres
530 Chaves, diretor do IGAM: “Eu não tenho conhecimento de o IGAM estar
531 participando da realização desse seminário, ainda não chegou para mim a
532 informação, mas nós vamos analisar sua solicitação. Sobre o monitoramento,
533 nós estamos aguardando a área técnica elaborar a minuta da deliberação de
534 funcionamento do Grupo de Trabalho de Monitoramento. Eu vou fazer uma
535 cobrança mais formalizada agora para ver se conseguimos publicar. Outro
536 informe: é um estudo muito proeminente ainda no IGAM, mas, provavelmente,
537 nós vamos propor alguma normatização para as empresas de perfuração de
538 poços, que elas tenham que fazer algum tipo de informe, ao Sistema Estadual
539 de Recursos Hídricos, sobre as suas atividades.” Conselheiro Carlos Alberto de
540 Freitas: “Talvez até cadastrar as sondas, igual já estão cadastradas as
541 motosserras hoje. Pode contar com a Abas, que nós temos todo o interesse.
542 Inclusive, era interesse da Fátima, na época, fazer uma reunião do Conselho
543 dentro seminário. Eu vou conversar com a Maricene e a Marília.” Presidente
544 Irany Maria de Lourdes Braga: “Mais alguma observação final, senhores? Se
545 não, um feliz Natal para todo mundo. Foi um ano bastante positivo. Eu acho
546 que, levantando todas as outorgas do nosso regime, de 2015 a 2017, foi muito
547 positivo. Nós tivemos várias arestas, mas em todas elas nós chegávamos ao
548 mínimo denominador comum. Eu acho que o mundo é assim, quando existe um
549 debate com respeito, com ética, nós só temos a ganhar. Então, feliz Natal para
550 todo mundo, boas festas para todos.” **6) ENCERRAMENTO.** Não havendo

551 outros assuntos a serem tratados, a presidente Irany Maria de Lourdes Braga
552 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

553

554

APROVAÇÃO DA ATA

555

556

557

558

Irany Maria de Lourdes Braga
Presidente da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão